

Alfabetização Midiática e Informacional: uma introdução

Juliana da Silva Passos*

A comunicação é um ponto central da existência humana. Em tempos pré-históricos, registravam-se informações nas paredes utilizando chifres, pedras e conchas e enviavam mensagens sonoras através de tambores, sinos e gongos. Ao longo da história, desenvolvemos uma sofisticada comunicação oral por meio de fala, música, oratória e versos. Os instrumentos de escrita e sistemas simbólicos tornaram-se mais complexos, resultando em manuscritos e impressos e tecnologias de transmissão como telégrafo, telefone, rádio, satélite e a Internet espalharam mensagens pelo mundo em tempo recorde. O vídeo adicionou um componente visual vibrante à comunicação humana e, mais recentemente, tecnologias digitais e nanotecnologias produziram ferramentas até então inimagináveis.

A maioria desses avanços ocorreu no último século, em especial nos últimos vinte anos. As mudanças nas tecnologias de informação e comunicação foram velozes e desigualmente distribuídas. Contemporaneamente, mídia e tecnologias da informação e comunicação (TICs) desempenham papel fundamental na vida pessoal, econômica, política e social de muitos. Juntos, estações de televisão e rádio, jornais e revistas, celulares, websites e redes sociais, livros, bibliotecas, publicidade e videogames determinam o que aprendemos sobre nós mesmos e sobre o mundo. A pesquisa *Retratos da Leitura no Brasil*, divulgada em 2016, apresentou um tímido aumento da leitura de livros, relacionado ao aumento da leitura em espaços públicos como bibliotecas, praças, shopping, transporte público, dentre outros, em comparação aos resultados das edições anteriores de 2007 e 2011. Ainda, quando questionadas sobre as atividades de lazer, a resposta “assistir TV” diminuiu e aumentou “[...] ler na internet, ouvir música, escrever, usando *Facebook*, *Instagram*, *Twitter*” (MENDES; SPANHOL; SOUZA, 2018, p. 32).

* Doutora em Letras pela Universidade Federal do Paraná.

E-mail: julianapassos@ufpr.br

Figura 1 – Um dia sem Internet



Fonte: Andersen (2018).

Assim, “a tela das mídias digitais configuradas como espaço de escrita e de leitura traz não apenas novas formas de acesso à informação, [mas] promove também novos processos cognitivos, novas formas de aprendizagem, novas maneiras de ler e de escrever” (MENDES; SPANHOL; SOUZA, 2018, p. 32).

O mundo atual é em grande parte moldado pela qualidade da informação produzida, acessada e consumida em níveis individual e social, determinando a qualidade de decisões e ações. Com as mídias digitais e redes sociais e a expansão do acesso à internet, cada vez mais temos oportunidade de expressão, resultando em impactos positivos e negativos relevantes em termos de liberdade, paz e conflito.

Figura 2 – Comportamento na Internet



Fonte: Andersen (2018).

A mídia e outras fontes de informação são fundamentais para democracia, diálogo cultural e boa governança, colaborando para que os mecanismos funcionem adequadamente, respeitando os direitos e interesses dos atores sociais, e favorecendo debates democráticos e diversidade. No entanto, fontes como emissoras públicas, bibliotecas e arquivos podem sofrer com controles e limitações estatais, enquanto a mídia de massa pode corroborar com estereótipos, discriminação, desinformação e exclusão de determinados grupos sociais e opiniões do debate público.

O termo *alfabetização*, no contexto da Alfabetização Midiática e Informacional, vai além da restrita de aprendizagem do sistema da escrita, assim como a noção de letramento digital precisa ir muito além do aprender a digitar em um computador. “Quando pessoas em situação de exclusão social passam a ter acesso ao computador e a seus recursos, pode-se falar em popularização ou mesmo em democratização da informática, mas não necessariamente em inclusão digital” (PEREIRA, 2014, p. 15), uma

vez que o acesso e mesmo o domínio da técnica não garantem seu uso eficiente dentro das várias práticas sociais nas quais nossas vivências estão circunscritas.

Para uma mídia que suporte práticas democráticas, os cidadãos precisam entender como usá-la de maneira crítica, interpretando e avaliando as informações que recebem e compreendendo como histórias e eventos são estruturados na construção dos discursos. O exercício pleno da cidadania requer competências específicas, conhecimentos, habilidades e atitudes para interagir com a mídia, de modo que os indivíduos sejam participantes ativos nos processos políticos e de governança, através do uso eficaz dos recursos fornecidos pela mídia, bibliotecas, arquivos e outras fontes de informação.

Nesse sentido, a alfabetização midiática e informacional (AMI) propõe o desenvolvimento do conjunto necessário de competências para negociar a complexa rede de mensagens midiáticas e fontes de informação disponíveis. Até então, já falávamos em diferentes tipos de letramentos que incluem o letramento midiático, alfabetização informacional e bibliotecária, letramento digital, letramento crítico etc., mas com o contexto atual multimidiático e dialógico, surge a proposta da AMI, na qual todos esses conceitos convergem em um para abordar a complexidade do presente. AMI é a capacidade de acessar, analisar criticamente, avaliar e produzir conteúdo de mídia e informação. Assim, um indivíduo informacional e midiaticamente alfabetizado saberá buscar informações e discernir entre conteúdo de qualidade ou não, reconhecer informações falsas e estimular seus pares a produzir e veicular apenas conteúdo confiável e verificado em qualquer plataforma de mídia ou informação.

Um dos principais indicadores de desenvolvimento de um país, a alfabetização, em seu sentido mais literal, continua importante como sempre. Habilidades de ler, escrever e acessar informações continuam fundamentais para a participação em sociedade. A informação, porém, atravessa um processo de enormes transformações em suporte e volume. Entender como avaliar a credibilidade, relevância, confiabilidade e oportunidade das informações sempre foi importante, mas se torna cada vez mais desafiador. Parte de ser alfabetizado hoje é assumir responsabilidades pela informação que se consome, uma vez que nem sempre pode se apoiar em fontes de informações gratuitas e de fácil acesso. Hoje, qualquer pessoa, virtualmente em qualquer lugar, pode acessar, avaliar, usar, compartilhar, criar e comunicar informações instantaneamente com redes de contatos em todo o mundo. Com esta explosão de conhecimento vem a necessidade de novas habilidades, que incluem não apenas alfabetização digital e capacidade de usar a tecnologia de forma eficiente, mas também a criticidade

necessária para acessar, avaliar e usar informações de forma eficaz e ética (PERDEW, 2017, p. 101).

Encontrar conteúdo de qualidade pode exigir tempo e competências – condição relativamente nova. Como descreve o comitê de alfabetização informacional da Associação Americana de Bibliotecas em 1989,

Em última instância, pessoas alfabetizadas em informação são aquelas que aprenderam a aprender. Elas sabem como aprender porque dominam a organização do conhecimento, como encontrar informações e usar de forma que outras pessoas possam aprender com elas. São pessoas preparadas para a aprendizagem ao longo da vida, porque sempre podem localizar as informações necessárias para qualquer tarefa ou decisão (PERDEW, 2017, p. 99).

O conceito de alfabetização midiática e informacional não pode ser atribuído ao trabalho de um único autor, estudo ou um único fluxo de pesquisa, nem a uma única causa, como pobreza, doença, analfabetismo ou desemprego. Em vez disso, a ideia reflete uma convergência de pensamentos a partir de diversas disciplinas, setores e áreas de pesquisa. Entre estes, destacamos plano de ação internacional para a implementação da Resolução nº 56/116, em que se proclamou o período entre 2003 e 2012 como a Década das Nações Unidas para a Alfabetização, com o objetivo de levar educação a todos, atribuindo à UNESCO o papel de coordenação, no incentivo e na catalisação das atividades em nível internacional no âmbito da Década. A “Resolução de Fundação” propõe uma melhoria de 50% na alfabetização de adultos, especialmente para mulheres, e acesso equitativo a educação básica e continuada para todos os adultos, plano que requer uma visão renovada da alfabetização, indo além da visão limitada do termo que prevaleceu no passado (HORTON, 2007), limitada à decodificação de letras em sons.

Cabe também, em termos acadêmicos, mencionar o clássico artigo de Paul Zurkowski¹, ex-presidente da *U.S. Information Industry Association*, em 1974, para a Comissão Nacional de Bibliotecas e Ciência da Informação (NCLIS), em que ele levanta a necessidade de que pessoas se tornem “alfabetizadas informacionalmente” para sobreviver e competir em uma sociedade da informação emergente.

¹ Digitalização do documento original disponível em: <<https://files.eric.ed.gov/fulltext/ED100391.pdf>>. Acesso em: 19 ago. 2020.

Temos ainda como fatores importantes mudanças nas definições, teorias e padrões de alfabetização/letramento², que estendeu o uso da palavra para significar mais do que apenas leitura, escrita e numeração, para outras áreas; surgem, então, ideias como "letramento digital", "alfabetização midiática", "alfabetização cultural", e assim por diante. Somam-se a isso as necessidades dos indivíduos do século XXI para enfrentar os muitos desafios significativamente diferentes daqueles do século XX, e as revoluções tecnológicas e midiáticas, que incluem o computador doméstico, dispositivos como telefones celulares e tablets, Internet banda larga, armazenamento em nuvem, wireless, dados móveis e tecnologias multimídia.

Alfabetização informacional se refere ao conjunto de habilidades, atitudes e saberes necessários para selecionar informações para resolução de problemas ou tomadas de decisão, articulando dados em termos e linguagem pesquisáveis de maneira eficiente, recuperando, interpretando, compreendendo, organizando, avaliando credibilidade, autenticidade e relevância, e comunicando-a a outros se necessário. A alfabetização informacional está intimamente ligada ao aprender a aprender e ao pensamento crítico.

Alfabetização midiática abrange todo o conhecimento necessário para utilizar tecnologias novas e antigas para ter uma relação crítica com os conteúdos da mídia em um momento em que esta constitui uma das forças mais poderosas da sociedade. Os defensores da alfabetização midiática veem no conhecimento sobre a mídia uma contribuição para participação em sociedade, cidadania ativa e desenvolvimento de competências e aprendizagem ao longo da vida, sendo necessária para garantir uma sociedade democrática. Pesquisadores da área costumam definir a alfabetização mediática baseada no acesso à mídia, em sua compreensão e seu uso ativo para criar e se expressar, o que inclui interação (como ligações para rádios, votações em enquetes, comentários em fóruns etc.), até a produção de conteúdos (HORTON, 2007). O acesso inclui o uso e hábitos de mídia: capacidade de usar funções e competência de navegação (por exemplo, mudar canais de TV/orientação de canais, navegação na Internet); competência no controle de mídia (por exemplo, usar sistemas online interativos, realizar transações bancárias na Internet); conhecimento da legislação e outros regulamentos na área (liberdade de expressão, proteção de privacidade, proteção

² Ambas referem-se ao termo do inglês *literacy*, e embora exista muita discussão teórica acerca do tema, a distinção não nos interessa neste momento. Assim, os termos aqui aparecem como intercambiáveis, privilegiando-se o termo *alfabetização* em razão do alinhamento com as publicações da UNESCO, possivelmente maior fonte sobre o assunto no mundo e definitivamente maior fonte de produções bibliográficas para esta pesquisa.

contra "spam" etc.). Compreensão refere-se à habilidade de entender/interpretar e ter uma perspectiva e atitude crítica sobre um conteúdo (HORTON, 2007).

A história por trás do conceito composto começou na sede da UNESCO em Paris, onde a Divisão de Comunicação e Informação e a Divisão de Sociedades do Conhecimento trabalhavam em alfabetização informacional e alfabetização midiática em frentes separadas. O trabalho de ambas divisões já acontecia há alguns anos. No caso de AI, a UNESCO começou a dar atenção ao assunto por volta de 2003, quando copatrocinou o *Information Literacy Meeting of Experts*, organizado pela Comissão Nacional de Biblioteconomia e Ciência da Informação dos Estados Unidos, e o *National Forum on Information Literacy* (NFIL) em Praga, República Tcheca, onde 23 países de todos os continentes estiveram representados. Esta foi a primeira reunião da UNESCO sobre AI e provavelmente o primeiro encontro internacional para discutir sua importância e seu papel na sociedade (LAU e GRIZZLE, 2019, p. 90). A UNESCO unificou essa tradição de AI com práticas semelhantes para desenvolver padrões de competência de AM. Essa combinação de abordagens enriqueceu a estratégia da UNESCO para a AMI e os recursos relacionados (GRIZZLE, 2013). A Divisão de Liberdade de Expressão e Desenvolvimento de Mídia da UNESCO supervisionou o desenvolvimento da "Alfabetização Midiática e Informacional para professores" (WILSON; GRIZZLE; TUAZON; AKYEMPONG; CHEUNG, 2011),

[...] um trabalho pioneiro que foi olhando para o futuro, com base nas tendências atuais para a convergência de rádio, televisão, Internet, jornais, livros, arquivos digitais e bibliotecas em uma plataforma - assim, pela primeira vez, apresentando a AMI de uma maneira holística (GRIZZLE; WILSON, 2011).

A elaboração do material envolveu especialistas de várias áreas, incluindo mídia e comunicação, ciências da informação e bibliotecas, tecnologia, educação e currículo, que contribuíram com uma proposta de AMI para professores e apoiaram a proposta da UNESCO para que a AMI fosse considerada como um conceito composto e interdisciplinar. Apesar de alguma resistência das comunidades de especialistas, a UNESCO continuou comprometida com uma abordagem integrada para o desenvolvimento da AMI, uma vez que ambas divisões promovem as mesmas competências como objetivo final (LAU; GRIZZLE, 2019, p. 92).

AI e AM compartilham os objetivos de aprendizagem formar cidadãos alfabetizados em informação. No entanto, alguns especialistas argumentariam que as duas áreas diferem quanto ao meio de informação e na forma como a mídia e a informação são acessadas. O Grupo de Alfabetização da Informação do CILIP no Reino

Unido declara, em sua definição de AI recém-lançada em 2018, que "Alfabetização da informação é a capacidade de pensar criticamente e fazer julgamentos equilibrados sobre qualquer informação que encontramos e usamos. Ela nos capacita, como cidadãos, a desenvolver pontos de vista informados e nos engajar plenamente com a sociedade" (CILIP, 2018). Os defensores do AI têm tradicionalmente focado no que pode ser chamada de fontes de informação formais ou acadêmicas, como artigos de periódicos, livros e outros materiais impressos em série e monográficos. No entanto, até mesmo especialistas em AI destacam a necessidade de sair exclusivamente dos domínios de ensino superior ou da pesquisa em ambientes de trabalho formais para assumir um papel mais social e comunitário (WILSON; JOHNSON, 2014, p. 102).

Consideremos a seguinte definição proposta pela National Association of Media Literacy in the USA:

[A alfabetização midiática] é vista como uma série de competências de comunicação, incluindo a capacidade de acessar, analisar, avaliar e comunicar informações em uma variedade de formas, incluindo mensagens impressas e não impressas. A alfabetização midiática capacita as pessoas a serem pensadores críticos e produtores criativos de uma gama cada vez mais ampla de mensagens usando imagem, linguagem, e som³.

Quando comparamos as definições de ambas - alfabetização informacional e alfabetização midiática - elas se aproximam de significados muito semelhantes. MediaSmarts (2018), organização canadense de alfabetização midiática, considera que "a mídia é construída; que o público negocia o significado; que a mídia tem implicações comerciais, sociais e políticas; e que cada meio tem uma forma estética única que afeta a forma como o conteúdo é apresentado". Os princípios são "igualmente aplicáveis a assistir notícias na TV e também a pesquisar informações sobre saúde online". Em uma definição mais específica voltada para as capacidades, também afirma que "a alfabetização midiática inclui as competências necessárias para acessar a mídia em um nível básico, para analisá-la de forma crítica com base em certos conceitos-chave, para avaliá-la com base nessa análise e, por fim, produzir a própria mídia. Este processo de aprendizagem de habilidades de alfabetização midiática é a educação para a mídia". No entanto, por mais gerais e abrangentes que sejam essas definições, os meios de comunicação de massa estão no cerne da AM: redes sociais, vídeo, notícias, televisão, entre outros conteúdos multimídia. Ambos os campos abordam todos os meios de comunicação, mas suas diferenças são que a mídia principal para um campo às vezes é

³ NAMLE. **Media Literacy Defined**. Disponível em: <<https://namle.net/resources/media-literacy-defined/>>. Acesso em: 26 jul. 2021.

periférica para o outro e vice-versa. O campo AM tende a incluir mídias produzidas por grandes indústrias, veículos de mídia alternativa e produtores individuais, que podem incluir cultura pop, bem como "textos" de alta cultura e podem ser avaliados por aqueles que trabalham na indústria e pelo público. Portanto, a AI é mais orientada para os recursos, pois as bibliotecas têm interesse em uma maior demanda e no uso mais eficaz de seus acervos e serviços de informação por sua comunidade - estudantes, professores e pesquisadores. É uma população que tende a dar mais peso às informações primárias no ensino ou na pesquisa. No mundo das bibliotecas, os meios de comunicação de massa tendem a receber menos atenção, principalmente no ensino superior, por serem considerados uma fonte de informação menos confiável. No entanto, Grizzle (2015) e outros especialistas mostraram que, quando tomadas a partir de perspectivas de definição e competências, IL, ML e mesmo a alfabetização digital convergem. Grizzle analisou amplas competências de alfabetização informacional, alfabetização midiática e alfabetização digital articuladas por vários especialistas e conclui que há mais concordância do que divergências sobre quais são as competências-chave. A simetria existe em quase todas as competências, embora principalmente de diferentes pontos de vista e pontos de vista com ênfases divergentes, mas convergentes (GRIZZLE, 2015, p. 111). Ainda, os desenvolvimentos tecnológicos atuais estão reduzindo cada vez mais as fronteiras entre mídia e informação, conforme definidas formalmente por ambos os campos. A mídia está cada vez mais se tornando parte dos estudos acadêmicos formais. Portanto, à medida que a nova produção digital evolui, as diferenças entre os dois campos continuam a diminuir.

Tem sido um esforço conjunto a solidificação da AMI enquanto uma área. A fusão pragmática do termo foi um apelo para que as disciplinas de alfabetização midiática e informacional, bem como alfabetização tecnológica, unissem esforços, de forma a atingir de forma mais eficaz seus objetivos comuns: desenvolver habilidades de acesso, avaliação, conhecimento e uso da informação, contribuindo em uma sociedade cada vez mais digital, independentemente do estágio de desenvolvimento nacional ou local. No centro dessa fusão conceitual estão os usuários individuais e o público em massa - os mesmos que precisam da AMI. A construção de sinergias por meio da cooperação e colaboração beneficia essas populações. A UNESCO, como principal organização global nas áreas de educação, comunicação e informação, assumiu um papel de liderança para chegar a um consenso em torno da AMI e expandir o conceito por meio de reuniões, conferências e publicações. A evolução da AMI para o estágio de consolidação se deu graças às inúmeras ações da UNESCO e de organizações profissionais e instituições de diferentes áreas, reconhecendo a intersecção de seus objetivos de aprendizagem.

A experiência de vários países sugere que a promoção e o desenvolvimento da alfabetização midiática e informacional dependem da presença de uma série de elementos interdependentes e de parcerias entre as partes interessadas. Alguns funcionarão em nível internacional, outros em nível nacional e ainda em nível local. Qualquer intervenção deve levar em conta relações e fatores específicos (FRAU-MEIGS, 2006). Na Declaração de Praga⁴, produto da reunião de especialistas em educação informacional com a organização da Comissão Nacional de Bibliotecas e Ciências da Informação dos EUA, do Fórum Nacional de Alfabetização Informacional e da UNESCO, com representantes de 23 países de todos os sete continentes, na República Tcheca, em setembro de 2003, são propostos os seguintes princípios básicos da alfabetização informacional:

- A criação de uma Sociedade da Informação é fundamental para o desenvolvimento social, cultural e econômico de nações, comunidades, instituições e indivíduos a partir do século XXI;
- A alfabetização informacional engloba o conhecimento das preocupações e necessidades humanas, e a capacidade de identificar, localizar, avaliar, organizar, criar, aplicar e comunicar informações como resposta aos seus problemas e questões; trata-se de um pré-requisito para participar efetivamente na Sociedade da Informação, e parte do direito humano básico de aprendizagem ao longo da vida.
- Alfabetização informacional, em conjunto com o acesso à informação e uso eficaz das tecnologias de informação e comunicação, desempenha um papel importante na redução das desigualdades e na promoção da tolerância e compreensão mútua através do uso da informação em contextos multiculturais.
- Os governos devem desenvolver programas interdisciplinares promovendo a alfabetização informacional como uma etapa necessária no combate à exclusão digital através da construção de uma cidadania informacional e de trabalhadores da sociedade civil eficazes e competitivos;
- A alfabetização informacional é uma preocupação para todos os setores da sociedade e deve ser adaptado por cada um às suas necessidades e contexto específicos;

⁴ A Declaração de Praga está disponível em:

<<http://www.unesco.org/new/fileadmin/MULTIMEDIA/HQ/CI/CI/pdf/PragueDeclaration.pdf>>.

Acesso em: 19 ago. 2020.

- A alfabetização informacional deve ser parte integrante da educação de todos, contribuindo de forma crítica para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável do Milênio das Nações Unidas e com o respeito pela declaração universal dos direitos humanos.

Desde então, inúmeros outros encontros internacionais e documentos foram produzidos neste sentido, como a Proclamação de Alexandria (2005), as Resoluções de Patiala (Índia, 2005), as Recomendações de Ljubljana (Eslovênia, 2006), os Tópicos de Kuala Lumpur (Malásia, 2006), etc. (HORTON, 2007). A urgência de informações no que tange a saúde em meio a epidemias e pandemias, a imposição de uma educação cada vez mais mediada pelas tecnologias, a democratização do acesso à internet e redes sociais e a circulação de notícias falsas evidenciam a cada dia a emergência de ações efetivas direcionadas à alfabetização midiática e informacional não apenas dos sujeitos em idade escolar, mas ao longo da vida. Em especial, a partir de 2016, quando o fenômeno da "pós-verdade" ganha notoriedade do público ao ser considerada pelo Dicionário Oxford como a palavra do ano, após um aumento de 2 mil por cento no uso em 2015. Expressão abrangente, "pós-verdade" parece capturar o momento da história no que se refere à ofuscação dos fatos, o abandono dos padrões de evidência no raciocínio e as *fake news* que, neste momento, marcaram especialmente o plebiscito do Brexit e as eleições americanas (MCINTYRE, 2018, p. 1). McIntyre destaca que, de lá para cá, as coisas só pioraram (MCINTYRE, 2018, p. 2). O Dicionário Oxford define "pós-verdade" como "circunstâncias em que fatos objetivos são menos influentes na formação da opinião pública do que os apelos à emoção e à crença pessoal" (MCINTYRE, 2018, p. 5).

A UNESCO propõe cinco leis da alfabetização midiática e informacional que podem ser bons balizadores em contextos onde este é um campo de conhecimento ainda pouco explorado. Em uma prática de historicidade, Grizzle e Singh (2016) retomam S. R. Ranganathan, renomado "antepassado" conhecido como o pai da ciência da informação e da biblioteconomia na Índia e respeitado em todo o mundo pelas Cinco Leis da Biblioteconomia. Grizzle e Singh propuseram as Cinco Leis da AMI como uma forma de oferecer novas bases e princípios para unificar informações, mídia e competências tecnológicas.

Figura 3 – Cinco Leis da AMI



Fonte: Unesco⁵.

Cada meio tem sua própria “linguagem” para comunicar um significado. A televisão, por exemplo, usa linguagens verbais e escritas, assim como as “linguagens” de imagens e sons em movimento. São linguagens no sentido de que usam códigos e convenções familiares para serem compreendidos. Como determinados tipos de música ou ângulos de câmera podem sinalizar certas emoções; uma página de jornal ou sequência de fotos se organizam baseadas um certo tipo de “gramática”. Como na linguagem verbal, se expressar nas “linguagens da mídia” envolve escolhas a partir de uma série de elementos equivalentes e combinações sintagmáticas, agregando elementos em sequências ou combinações. Como nas línguas, existem regras que podem ser violadas e outras das quais não se pode abrir mão sem prejuízo do significado

⁵ Disponível em:

<http://www.unesco.org/new/fileadmin/MULTIMEDIA/HQ/CI/CI/pdf/Events/mil_five_laws_portuguese.png>. Acesso em: 19. ago. 2020.

(FRAU-MEIGS, 2006). Analisando essas linguagens, podemos compreender melhor como a mídia funciona.

Olhar para as linguagens da mídia significa olhar para os significados, convenções e códigos. Como são estabelecidas as “regras” gramaticais da mídia? O que acontece quando eles estão quebrados? Como essas convenções e códigos operam em diferentes tipos de mídia? Compreender o funcionamento das diversas mídias é acessar e circular no mundo da informação, competência essencial não apenas para o indivíduo do século XXI, mas para toda sociedade, que, ao não endereçar a questão da alfabetização midiática e informacional, gera indivíduos, comportamentos e situações disfuncionais e prejudiciais individual e coletivamente.

A AMI é um processo cujo aprendizado não se encerra, não sendo uma atividade exclusiva daqueles que estão inseridos no sistema de ensino ou cursos livres. Os desenvolvimentos tecnológicos continuarão a influenciar a forma como as pessoas acessam, usam e compartilham informações de diferentes plataformas de mídia. A AMI é, portanto, uma oportunidade de aprendizagem contínua, bem como uma oportunidade de aprender a usar mídias e informações de maneira responsável. Por meio da AMI, as pessoas também são capazes de compartilhar suas habilidades para outras pessoas, criando a possibilidade de produção contínua, acesso e transmissão de informações de geração em geração, instrumentalizando os indivíduos para criar uma comunidade mais segura e para a cidadania.

Referências

ANDERSEN, S. **A louca dos gatos**. São Paulo: Seguinte, 2018.

FRAU-MEIGS, D. **Media education: a kit for teachers, students, parents and professionals**. Paris: UNESCO, 2007.

Chartered Institute of Library and Information Professionals (CILIP). **CILIP Definition of Information Literacy**, 2018. Disponível em: <<https://infolit.org.uk/ILdefinitionCILIP2018.pdf>>. Acesso em: 26 jul. 2021.

GRIZZLE, A. Media and Information Literacy as a Composite Concept: the UNESCO perspective. In: CARLSSON, U.; CULVER, S. H. (Eds.). **Media and Information Literacy and Intercultural Dialogue**. International Clearinghouse on Children, Youth and Media, NORDICOM, Gothenburg: 2013.

GRIZZLE, A. Measuring Media and Information Literacy: Implications for the Sustainable Development Goals. In: SINGH, J; GRIZZLE, A.; YEE, S.J. e CULVER, S.H. **MILID Yearbook 2015: Media and Information Literacy for the Sustainable Development Goals**. The International Clearinghouse on Children, Youth and Media, NORDICOM: Gothenburg, 2015.

Educação em debate em novos tempos: políticas e práticas

Alfabetização Midiática e Informacional: uma introdução

DOI: 10.23899/9786589284147.8

GRIZZLE, A.; SINGH, J. Five Laws of Media and Information Literacy as Harbinger of Human Rights. In: SINGH, J.; KERR, P.; HAMBURGER, E. (Eds.). **Media and Information Literacy**: enhancing human rights and countering radicalization and extremism, International Clearinghouse on Children, Youth and Media, NORDICOM, University of Gothenburg, Sweden, 2016.

GRIZZLE, A.; WILSON, C. (Eds.). **Media and Information Literacy Curriculum for Teachers**. UNESCO, 2011.

HORTON, F. W. **Understanding Information Literacy**: A Primer. Paris: UNESCO, 2007.

LAU, J.; GRIZZLE, A. Media and Information Literacy: Intersection and Evolution, a Brief History. In: GOLDSTEIN, S. (Ed.). **Informed Societies**: Why information literacy matters for citizenship, participation and democracy. London: Facet Publishing, 2019. p. 89-110.

MENDES, A. *et al.* Letramento digital e letramento acadêmico: um diálogo necessário. In: TEIXEIRA, C. S.; SOUZA, M. V. de. **Educação Fora da Caixa**: Tendências Internacionais e Perspectivas sobre a Inovação na Educação. São Paulo: Blücher, 2018.

MCINTYRE, L. **Post-truth**. Boston: MIT Press, 2018.

ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Rio de Janeiro: UNIC, v. 1, 2009. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2018/10/DUDH.pdf>>. Acesso em: 21 ago. 2020.

PERDEW, L. **Information literacy in the digital age**. Minneapolis: Abdo Publishing, 2017.

PEREIRA, J. T. Educação e sociedade da informação. In: RIBEIRO, A. E.; COSCARELLI, C. V. **Letramento digital**: aspectos sociais e possibilidades pedagógicas. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

WILSON, C.; GRIZZLE, A.; TUAZON, R.; AKYEMPONG, K.; CHEUNG, C. K. **Media and Information Literacy Curriculum for Teachers**. UNESCO, 2011.

WILSON, C.; JOHNSON, M. Media Literacy, Digital Technologies and Civic Engagement. In: CULVER, S. H.; KERR, P. **MILID Yearbook 2014**: Global Citizenship in a Digital World. The International Clearinghouse on Children, Youth and Media. NORDICOM: Gothenburg, 2014.